

**Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2021**  
**Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2019**  
**(Inciso I, § 2º do Art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000)**

A Previsão Anual Atualizada da receita, conforme o orçamento para o exercício de 2019 e suas respectivas alterações, foi de R\$2.068.046.197,24, enquanto o valor total arrecadado no ano foi de R\$1.668.262.131,93, que corresponde a 81% da meta prevista, como pode ser verificado na Tabela 1.

**Tabela 1**

<b>Receitas</b>	<b>Metas</b>	2019				Valor nominal em R\$1,00
		<b>Previsão Anual Atualizada (a)</b>	<b>Execução (b)</b>	<b>Δ (b-a)</b>	<b>% (b)/(a)</b>	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>1.834.548.421,23</b>	<b>1.858.951.211,64</b>	<b>1.614.340.002,56</b>	<b>-244.611.209,08</b>	<b>87%</b>	
Tributárias	595.039.126,54	595.039.126,54	565.579.676,01	-29.459.450,53	95%	
Contribuições	164.709.456,54	164.709.456,54	157.472.786,89	-7.236.669,65	96%	
Patrimoniais	28.839.080,58	28.839.080,58	18.591.710,57	-10.247.370,01	64%	
Transferências Correntes	925.100.366,05	949.503.156,46	822.387.040,42	-127.116.116,04	87%	
Outras Receitas Correntes	120.860.391,52	120.860.391,52	50.308.788,67	-70.551.602,85	42%	
<b>Receitas de Capital</b>	<b>171.194.985,60</b>	<b>209.094.985,60</b>	<b>53.922.129,37</b>	<b>-155.172.856,23</b>	<b>26%</b>	
Operações de Crédito	23.550.016,88	61.450.016,88	22.391.740,95	-39.058.275,93	36%	
Alienação de Bens	1.542.000,00	1.542.000,00	187.532,61	-1.354.467,39	12%	
Transferências de Capital	146.102.968,72	146.102.968,72	31.342.855,81	-114.760.112,91	21%	
<b>Receita Total</b>	<b>2.005.743.406,83</b>	<b>2.068.046.197,24</b>	<b>1.668.262.131,93</b>	<b>-399.784.065,31</b>	<b>81%</b>	

Fonte: SIAFEM/DimRelatório

Dentre os itens que compõem a receita corrente, merecem destaque as receitas tributárias que alcançaram 95% da meta prevista. Nesse interim, destacam-se os valores arrecadados com IPTU/TCRS e ISSQN. No que se refere aos valores arrecadados com IPTU/TCRS ressalta-se o aumento da base cadastral e a Dívida Ativa que registrou um aumento de 8% sobre o previsto na LOA em função dos benefícios fiscais concedidos na Lei de Anistia nº 13.939, de 05/10/2019 que possibilitou aos contribuintes o pagamento de débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa.

Em relação ao ISSQN o impacto da crise econômica ainda continua dificultando a recuperação do setor de serviços. A alta inadimplência, redução dos serviços teve um impacto negativo na arrecadação, com valores abaixo da previsão inicial atualizada. Dessa forma, os principais setores apresentaram as seguintes variações na arrecadação, a saber: autônomo (-2,6%), Movimento Econômico (+4,1%) e Retenção (+8,5%). Contudo, destaca-se a arrecadação realizada através de Denúncia Espontânea ocorrida

durante a vigência da Lei Municipal nº 13.939/2019 – Lei da Anistia. Ressalta-se, ainda, que a arrecadação por meio do regime tributário diferenciado - Simples Nacional (aplicável a microempresas e empresas de pequeno porte) vem crescendo, sendo que a receita desta modalidade representa atualmente 19,24% do total arrecadado com o ISSQN. E, por fim, o aumento do controle a partir da implantação do Sistema de Nota Fiscal Eletrônica.

O desempenho de 96% das Receitas de Contribuições em relação à previsão é explicado pelo desempenho das contribuições sociais (Contribuições para o RPPS, PASS e Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública - CCIP).

Já as Receitas Patrimoniais alcançaram 64% do previsto, explicado pelo baixo desempenho dos rendimentos de aplicações financeiras do RPPS e do FMS e das receitas de concessões e permissões (Área Azul, Rodoviária, Espaço Publicitário);

As Transferências Correntes alcançaram 87% da previsão para o período, dessa forma, ressalta-se que a recessão econômica compromete os repasses do Governo Federal e Estadual, já que a base dos repasses é composta de impostos que tem apresentado queda ou aumento inexpressivo na arrecadação, como é o caso do ICMS, IPI, Outras Transferências e FMS.

As receitas agrupadas como Outras Receitas Correntes (Receitas de Serviços, Multa e Juros administrativos e contratuais, Compensação entre Regimes Previdenciários) alcançaram 42% do previsto para o período.

A categoria econômica de Capital realizou apenas 26% da arrecadação prevista, realidade que se deve a não efetivação de várias operações de crédito e convênios de capital que estavam previstos.

**Tabela 2 - Metas Fiscais - Exercício 2019**

Valor nominal em R\$1,00

<b>RECEITAS FISCAIS</b>	<b>Meta Prevista LDO 2019</b>	<b>Realizado</b>
Receitas Correntes	1.660.943.912,76	1.564.915.004,67
Receitas de Capital	173.803.752,03	53.922.129,37
Receitas Intra-Orçamentárias. <sup>1</sup>	51.461.677,01	0,00
<b>Receita Total</b>	<b>1.886.209.341,80</b>	<b>1.618.837.134,04</b>
(-) Deduções		
Rendimento de Aplicações Financeiras	19.641.738,46	9.924.716,08
Operações de Crédito	31.958.677,28	22.391.740,95
Alienação de Investimentos Temporários ou Permanentes	52.000,00	0,00
<b>Subtotal de Deduções</b>	<b>51.652.415,74</b>	<b>32.316.457,03</b>
<b>Total das Receitas Fiscais (I)</b>	<b>1.834.556.926,06</b>	<b>1.586.520.677,01</b>

<b>DESPESAS FISCAIS</b>	<b>Meta Prevista LDO 2019</b>	<b>Despesa Paga + Restos a Pagar Pagos</b>
Despesa Corrente	1.650.289.166,80	1.498.573.627,77
(-) Juros e Encargos da Dívida	8.347.893,98	8.770.233,23
(-) Despesas Intraorçamentárias <sup>1</sup>	51.461.677,01	0,00
Subtotal - C	1.590.479.595,81	1.489.803.394,54
Despesa de Capital	235.820.175,00	35.886.744,00
(-) Amortização de Dívida	13.744.886,21	12.676.221,99
(-) Despesas Operações de Crédito	0,00	0,00
Subtotal - D	222.075.288,79	23.210.522,01
<b>Total de Despesas Fiscais (II)</b>	<b>1.812.554.884,60</b>	<b>1.513.013.916,55</b>
<b>Resultado Primário (III) = (I - II)</b>	<b>22.002.041,46</b>	<b>73.506.760,46</b>
<b>Resultado Nominal</b>	<b>-18.019.046,60</b>	<b>73.039.541,73</b>
<b>Dívida Consolidada</b>	<b>131.437.018,43</b>	<b>102.779.402,57</b>
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>-69.889.149,57</b>	<b>-13.560.728,92</b>

Fonte: Lei Municipal nº 13.766/2018 (LDO 2019): Anexo I - Anexo de Metas Fiscais  
SICONFI/STN: RREO 6º Bimestre de 2019 - Anexo 6

**Obs.1:** Conforme Orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais-STN 9ª Edição válida para o Exercício 2019 (página 220): "Para fins de apuração do Resultado Primário, não deverão ser computadas as receitas e despesas intraorçamentárias." Com Relação à Meta Prevista na LDO 2019, a mesma foi calculada de acordo com a metodologia antiga, ou seja, não foram desconsideradas as receitas e despesas intraorçamentárias. Destaca-se que para a Meta de Resultado Primário da LDO 2020 foi utilizada a nova metodologia estabelecida pela STN.

Na análise efetuada pelo confronto da execução orçamentária de 2019 com as previsões constantes na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 13.766/2018), o valor previsto para as Receitas Fiscais foi de R\$1.834.556.926,06 e para as Despesas

Fiscais de R\$1.812.554.884,60, evidenciando superávit primário previsto de R\$22.002.041,46, como pode ser verificado na tabela 2.

Na execução orçamentária do exercício de 2019, as Receitas Fiscais, ou seja, as receitas totais excluídas as receitas provenientes de remuneração de depósitos bancários, as operações de crédito e as alienações de investimentos temporários ou permanentes, alcançaram 86,48% do valor previsto na LDO/2019.

Já as Despesas Fiscais, ou seja, todas as despesas e restos a pagar pagos no exercício, excluído o total referente à amortização da dívida, alcançaram 83,47% da meta prevista.

Em função dessas variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas Fiscais e Despesas Fiscais, o Resultado Primário realizado foi superior ao previsto, resultando em um superávit de R\$73.506.760,46.

Com relação ao Resultado Nominal que “é o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública acrescentando ao resultado primário a conta de juros. Representa a variação do estoque da dívida” (Manual de Demonstrativos Fiscais 2019, pág.59). Nesse sentido, O Resultado Nominal realizado foi na ordem de R\$73.039.541,73 enquanto a meta prevista na LDO foi de R\$18.019.046,60 negativos.

Já a Dívida Consolidada do Município totalizou, no exercício avaliado, o equivalente a R\$102.779.402,57, inferior ao montante previsto de R\$131.437.018,43, como pode ser verificado na tabela 2.